

A maçonaria e os bispos ultramontanos na segunda metade do século XIX: breve análise a partir do jornal religioso *O Apostolo*.

Marcella de Sá Brandão*

A partir da segunda metade do século XIX, o ultramontanismo¹ foi fortemente vivenciado por alguns expoentes da Igreja Católica no Brasil, bem como por uma elite laica que concordava com tal pensamento. Autores como, Roque Spencer M. de Barros; Riolando Azzi; Nilo Pereira; David Gueiros Vieira, entre outros, tratam do tema ultramontanismo focando, principalmente, o conflito de jurisdição entre a Igreja e o Estado que culminou na chamada Questão Religiosa².

Num momento em que a Igreja começava a criticar o poder temporal, procuraremos entender, brevemente, qual o papel dos Bispos do Brasil da facção ultramontana, sobretudo quais as suas atitudes quanto ao conflito entre os dois poderes, espiritual e temporal.

Para Riolando Azzi, a História da religião Católica no Brasil enfrentou uma série de mudanças nos âmbitos econômico, cultural e político (AZZI, 1992). Dessa forma, o autor busca demonstrar os caminhos que foram percorridos pelo catolicismo junto ao trono brasileiro, tentando, assim, mostrar o tipo de relacionamento vivido entre ambos os poderes. Na concepção desse autor, a Igreja Católica no Império passou a buscar maior centralidade, iniciando uma série de reivindicações e críticas à política liberal, à maçonaria e ao regime do

* Graduada em História pela Universidade Federal de Viçosa. Foi bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq e atualmente é bolsista do programa PIBID da CAPES.

Email: marcellasabrandao@gmail.com.

¹ Segundo David Gueiros, é difícil estabelecer em que data o pensamento chamado “ultramontano” entrou no Brasil. De acordo com esse autor mostra, o termo foi usado desde o século XI, para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos. Já no século XIX, o termo reapareceu para designar uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica. Podemos entender ainda, que o ultramontanismo desse século colocou-se, não apenas numa posição a favor da uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado, mas também contra uma série de coisas que eram consideradas erradas e perigosas para a Igreja. Acredita-se que parte da influência ultramontana chegou ao Brasil principalmente através das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, formuladas pelo então Papa Pio IX, que pregava a moralização de toda sociedade e visava o combate aos chamados “erros modernos”. Ver: VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: editora da UNB, 2ª edição, s/d. p. 32-33.

² A chamada Questão Religiosa aconteceu a partir de 1872, em função de um discurso proferido pelo Pe. Almeida Martins na loja maçônica, Grande Oriente, devido a aprovação da lei do Ventre Livre. Esse discurso representou um desacato ao Bispo do Rio de Janeiro, D. Lacerda, que considerou uma afronta a atitude do referido padre. A partir de então, uma série de restrições foram feitas para o Pe. Almeida Martins, que recorreu ao grão-mestre da maçonaria. Este, por sua vez, não concordou com as decisões do Bispo, iniciando uma série de reações entre os reformadores da Igreja e os políticos adeptos da maçonaria no Brasil. Ver: AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono. O altar unido ao trono. Um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992; PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. 2a. Edição. Recife: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

padroado. Isso significaria dizer que a os Bispos naquele momento estavam passando por uma tomada de consciência de sua influência e jurisdição dentro dos seus respectivos territórios diocesanos. Desse modo, a atitude tomada pela alta hierarquia episcopal estava ligada a uma iniciativa reformadora dos costumes e práticas religiosa. Para esse autor, o termo reforma foi utilizado “na sua acepção comum, significando basicamente a substituição de elementos considerados deficientes ou sem vitalidade por novas formas que permitissem à fé católica apresentar-se com nova face” (AZZI, 1992:29). Ou seja, podemos entender que nos objetivos desses prelados era preciso um catolicismo imbuído de novos hábitos aos moldes do projeto romanizador, seja na educação moral e católica da sociedade, seja por um sacerdócio mais casto.

A partir de então e, com o crescimento da imprensa no Brasil oitocentista, a Igreja utilizou-se dos periódicos para argumentar em seu favor e criticar a política liberal. De acordo com o texto de Camisasca, a imprensa no século XIX foi o veículo em que se divulgavam posicionamentos políticos (CAMISASCA, 2007: 7). De acordo com a historiadora Martha Abreu a imprensa Católica no Brasil teve uma fase inicial em 1830 indo até 1870 e depois, principalmente a partir da “questão religiosa”, os jornais religiosos procuraram defender o prestígio da Igreja Romana (ABREU, 2008). Sobre o jornal *O Apostolo*, essa autora nos mostrou que a partir do final de 1869, a hierarquia eclesiástica, demais sacerdotes e os católicos leigos, encontraram um meio para combater o que consideravam seus inimigos (ABREU, 2008). Assim sendo, *O Apostolo* teria assumido, de acordo com a autora, a missão de ensinar a doutrina católica e divulgar o movimento religioso, particularmente no Império, tornando-se o veículo oficial da Diocese do Rio de Janeiro, sendo considerado pelo então Bispo D. Lacerda um porta-voz da romanização e do pensamento ultramontano (ABREU, 2008). Por fim, Nilo Pereira mostrou que muitas vezes eram os jornais que colocavam em relevo a tensão entre Estado e a Igreja (PEREIRA, 1982). Assim, acreditamos que os jornais daquela época são uma importante fonte para a pesquisa histórica, nos mostrando diferentes possibilidades de compreensão do passado.

De acordo com Riolando Azzi, São Paulo e Mariana foram grandes centros de difusão desse projeto, estando à frente D. Antonio Joaquim de Melo e D. Viçoso. Esses prelados, para o autor, foram os pioneiros na luta contra o anti-clericalismo e defensores de uma Igreja moral e uma sociedade mais católica (AZZI, 1992:31-32). Posterior aos prelados acima citados, podemos destacar que dentro da facção ultramontana houveram sacerdotes de mesma importância, como D. Macedo Costa no Pará, D.Vital no Recife, D. Lacerda no Rio de Janeiro entre outros que foram importantes para a divulgação do projeto romanizador.

Quanto à política, os Bispo “reformadores” buscaram uma maior autonomia para a Igreja Católica, porém, isso não significou que havia uma intenção de afastamento com o Estado. Na concepção de Riolando Azzi, “embora algumas vezes se tenha chegado até a criar tensão nas relações entre Igreja e Estado, não era essa a intenção dos prelados: afirmavam, sim, a distinção dos poderes, mas sem negar a importância da colaboração entre eles (AZZI, 1992:35). Essa colaboração era vista pelos católicos tradicionalistas como positiva, tanto para a Igreja quanto para o Império, pois a religião poderia conter certos impulsos sociais, dessa forma, a instituição católica era vista como “sustentáculo do Trono”. De qualquer modo, Azzi acredita que “do outro lado, estão os ultramontanos, que procuram acentuar o aspecto da fidelidade a Roma, assumindo a perspectiva antiliberal da Santa Sé” (AZZI, 1992:38).

João Dornas Filho, ao tratar da questão do padroado régio, defendeu que esse sistema no Brasil teria funcionado como um instrumento de opressão da Igreja Católica. Na visão desse autor, de uma simples concessão da própria Igreja, essa comunhão viria a se tornar o que ele chamou de “cárcere de ouro”, nascendo daí o regalismo tão criticado no século XIX (DORNAS FILHO, s/d). Mesmo com tendências favoráveis à Igreja, a partir da percepção desse autor, entendemos que as questões de delimitação de poder, devido ao padroado, fizeram com que a relação entre Igreja e Estado fosse de freqüente tensão. Já na visão de Nilo Pereira, o perigo na relação Igreja e Estado estava nas invasões de atribuições, ou seja, o poder político usando da justificativa de proteção da religião fazia-a de instrumento de seu poder, chegando a considerar os clérigos e toda a estrutura eclesiástica como funcionários públicos.

Deste modo, acreditamos que os jornais do século XIX, tanto os laicos quando os religiosos são importantes para o estudo da História da Igreja no Brasil. Através dessa documentação, conseguimos visualizar discussões e debates que permeiam desde conflitos políticos entre a Igreja e o Estado, até assuntos estritamente religiosos, no caso dos periódicos católicos. Encontramos com freqüência a partir de 1872, no jornal *O Apostolo*, argumentos críticos lançados sobre o liberalismo político. Desse modo, o editorial a seguir nos dará uma ideia do modo a Igreja argumentava contra a política daquela época e de que forma defendia o seu ponto de vista.

Rio, 27 de Abril de 1873³.

Não ha para combater o inimigo, cuja pujança se ostenta até a imposição, como a unidade na defesa e no emprego dos meios.

Na questão religiosa que se agita entre nós, e traz os espiritos preocupados, bello, edificante é o exemplo de união que está dando o Episcopado Brasileiro.

A imprensa catholica anciosa esperava pela palavra autorizada do Episcopado, que vale por milhares de argumentos seus.

O inimigo não fia sua causa só dos esforços de sua imprensa; falla por si, nos seus manifestos, nas suas representações; falla porque julga melindrosa a causa que debate.

Mas o Episcopado, não representando interesses de seitas, não carece do auxilio dos governos para cumprir à missão espiritual de que está investido, como os Apostolos, aos quaes succedeu: os Bispos fallam em nome de Deos, admoestam e indicam o caminho da salvação, espalhando por suas ovelhas a sã doutrina.

Os verdadeiros fieis ouvirão com respeito a voz do pastor sollicito em encaminhal-os para o bem, e não há duvidas, aceitarão a doutrina que proferirem os labios ungidos dos Pontífices do Senhor.

Nós animados pelo exemplo, fortificados pelo ensino, proseguiremos desassombrados na missão de jornalista catholico.

Lá está na capital do orbe catholico, cercado de inimigos, sem liberdade absoluta, e edificando a todos, apontando o caminho que se deve trilhar, o illustre e Santo Pontifice Pio IX.

Essas allocuções cheias da eloquência do céo fortificam aos que tem a ventura de ouvir-as ou de as ler.

Este exemplo de sublime dedicação á causa do catholicismo tem felizmente sido imitado pelo Episcopado catholico.

Entre nós elle está ahi patente, visivel a todos.

Levantada a questão religiosa pelo governo por seu imprudente procedimento, o Episcopado Brasileiro não recuou; unido em pensamento pela doutrina da verdade, ergueu sua voz autorizada.

O venerando Bispo de Marianna, seu discípulo o Bispo de Diamantina, os do Pará e Pernambuco, já se pronunciaram, e com elles o digno Metropolitana.

Hoje com subido prazer principiamos a publicar a Carta Pastoral do nosso virtuoso Prelado, onde encontrarão os fieis desta diocese exposição luminosa da doutrina da Igreja

³Editorial do jornal *O Apostolo*. Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1873, nº 17, pag. 1 / col. 4, Ano VIII. Microfilme disponível no Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (LAMPEH) da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa.

sobre as sociedades secretas, além das condenações já conhecidas, abunda em determinação ainda não publicadas entre nós.

Um sentimento de consideração ao venerando Metropolita do Brazil, e o maior desejo pela salvação de suas ovelhas, impuzeram ao nosso digno Prelado o dever de publicar em sua diocese a edificante Pastoral de seu Metropolita.

Os eleitores tem ocasião de apreciar esse elevado sentimento de consideração do nosso delicado Prelado nas palavras sinceras com que se refere a Carta Pastoral do Primaz do Brazil.

O venerando ancião que edifica com suas virtudes a Archidiocese da Bahia, acaba de prestar um grande serviço, em publicar a Carta Pastoral, mostrando por este modo a unidade e uniformidade de principios do Episcopado Brasileiro.

Em linguagem singela, mas persuasiva, fulmina o Sr. Arcebispo da Bahia os erros que a maçonaria bahiana escreveu na celebre representação que dirigio á camara dos Srs. Deputados; repelle com a dignidade de um Bispo catholico os elogios que lhe fizeram os maçons como oppostos á sua consciencia e posição de Prelado.

Seu procedimento é altamente significativo, e em boa occasião chega, porque vem desenganar aos que se firmaram em seu silencio e o invocaram, para melhor causarem aos Prelados que não transigem com os erros da maçonaria.

Effectivamente deve ser grande a decepção de quem quis fazer jogo com o nome do digno Metropolita para dar maior vulto aos erros que defendia e tornar mais saliente a censura que injustamente, no recinto da camara, faz a alguns Bispos.

Veio portanto em boa occasião, repetimos, a Carta Pastoral do Exm. Sr. Conde de S. Salvador, destruir a falsa impressão que procurou produzir no espírito publico o illutre deputado pela província do Paraná, ex-ministro dos estrangeiros.

Infelizmente porém continua a obstinação do Governo.

Nem a palavra de seus amigos políticos produz effeito no espírito do illustre Presidente do Conselho, que repelle a doutrina de amigos, como o Dr. Leandro Bezerra, cujo discurso publicamos hoje, e por elle pôde-se avaliar dos sentimentos catholicos do illustre representante da província de Sergipe.

A questão religiosa assumio proporções extraordinarias e exige a mais completa união do Episcopado, um por todos, todos por um, é assim que deve encarar a questão; o que ficar atraz é porque não comprehendeu a missão que lhe confiou o Espirito-Santo, e grande, bem grande será sua responsabilidade.

Vamos terminar, mas não podemos fugir ao desejo incessante que temos de anticipar nosso fraco júizo sobre a Pastoral do Sr. Bispo do Pará, que está em nosso poder para ser publicada opportunamente.

É um trabalho cheio de erudição, e onde a par do conselho, da exhortação, pôz o illustre Prelado do Pará a verdadeira doutrina e com aquelle espírito analytico que tanto o distingue, deixa ver o que é a maçonaria – CONSIDERADA SOB O ASPECTO MORAL, RELIGIOSO E SOCIAL.

Sob estes tres pontos de vista, o digno Prelado, com o escarpello da lógica sobre o cadaver maçônico, depois de um trabalho anatômico completo, deixa patente todos os vicios de um organismo, que mata pelo contacto.

Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono. Um projeto conservador.** São Paulo: Paulinas, 1992.

ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 6ª impressão, 2008.

CAMISASCA, Marina e VENÂNCIO, Renato. Jornais mineiros do século XIX: um projeto de digitalização. *Revista eletrônica Cadernos de História*, ano II, nº 01, Ouro Preto: UFOP, Março de 2007.

DORNAS FILHO, João. **O Padroado e a Igreja Brasileira.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil.** 2. ed. Recife: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

Recebido em *Março* de 2011

Aprovado em *Maio* de 2011